



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Esgotaram-se os efeitos positivos das medidas de subsídio ao baixo rendimento, em vigor há já vários anos, o que resultou em desmotivação das entidades subvencionadas no que respeitante a melhorias salariais, portanto, urge implementar o salário mínimo. Por outro lado, se os recursos financeiros forem transferidos para mecanismos amortecedores de apoio à implementação do salário mínimo, será possível potenciar o seu papel no que respeita à resolução das dificuldades financeiras dos trabalhadores. São estas as razões pelas quais submeti em 2014 uma interpelação escrita, exortando o Governo da RAEM a definir mecanismos amortecedores dinâmicos que permitam transferir os recursos destinados ao subsídio ao baixo rendimento para a implementação do salário mínimo, e a formular medidas amortecedoras dinâmicas e complementares para os trabalhadores locais que auferem baixos rendimentos.

No passado dia 1 de Setembro, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, o Director dos Serviços para os Assuntos Laborais respondeu por escrito, referindo que, para além da proposta de lei sobre o salário mínimo para o sector da administração de propriedades, já apresentada à Assembleia Legislativa, iriam ser efectuados estudos sobre a proposta apresentada por deputados em relação à transferência das verbas destinadas ao subsídio ao baixo rendimento para a criação de mecanismos amortecedores dinâmicos, apoiando a implementação do salário mínimo nas empresas locais de pequena dimensão. Porém, até ao momento, não se verificou nenhum avanço.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Agora que se legislou sobre o salário mínimo para o sector da administração de propriedades e o Governo se comprometeu a estender a lei a todos os sectores no prazo de 3 anos, alguns proprietários manifestaram a sua preocupação com a falta de medidas de apoio à implementação da lei. Algumas empresas de administração predial demonstraram receio de não conseguirem o acordo dos proprietários em relação ao aumento do montante do condomínio, aumento esse que é necessário para garantir o salário mínimo dos trabalhadores do sector, temendo que isso conduza a falhas na gestão dos espaços comuns dos edifícios. Alguns trabalhadores do sector, os mais idosos, fizeram chegar aos deputados à AL o seu receio de serem despedidos com a entrada em vigor da referida lei.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em Janeiro de 2016 entra em vigor a lei sobre salário mínimo para os trabalhadores da área da administração predial, e o Governo já assumiu o compromisso de a estender a todos os outros sectores no prazo de 3 anos. O Governo deve então definir, quanto antes, planos preliminares para a realização de consultas públicas sobre as medidas de apoio às pequenas empresas e aos trabalhadores com baixos rendimentos, no sentido da sua adaptação à generalização do salário mínimo. Vai fazê-lo?
2. O Governo realizou estudos sobre a viabilidade de criar mecanismos amortecedores, que permitam transferir os recursos financeiros destinados ao subsídio ao baixo rendimento para apoiar as pequenas empresas na retenção dos seus trabalhadores que auferem baixos rendimentos, nesta nova situação decorrente da lei do salário mínimo. Já há resultados desse estudo? Mais concretamente, o Governo pode definir mecanismos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

amortecedores dinâmicos para, no primeiro ano de aplicação da lei, as empresas conseguirem garantir salários de montante não inferior a 70% do salário mínimo, assegurando o Governo o pagamento do restante valor do salário aos trabalhadores locais beneficiários do subsídio ao baixo rendimento, contratados por pequenas empresas locais, a fim de garantir que estes sejam pagos de acordo com o salário mínimo previsto por lei. O Governo vai fazer isso? E pode ainda definir que, nos anos subsequentes, as pequenas empresas subvencionadas têm de aumentar em pelo menos 6% o salário dos trabalhadores que auferem baixos rendimentos, cabendo ao Governo cobrir o restante, até que o empregador passe a assumir, na totalidade, o pagamento do salário mínimo. O Governo vai fazer isso?

-
3. Nesta fase preparatória de implementação do salário mínimo na área da administração predial, o Governo deve dar prioridade à definição dos mecanismos referidos, nomeadamente, à transferência das verbas destinadas ao subsídio ao baixo rendimento, por forma a aliviar os encargos dos proprietários e a pressão na gestão dos condomínios, e ainda, por outro lado, favorecer a manutenção dos postos de trabalho no sector em causa. Isto será viável?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Ng Kuok Cheong

7 de Setembro de 2015